

## INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### INFORMATIVO Nº 238/2024

**TEOR DA SOLICITAÇÃO:** Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do PROJETO DE LEI Nº 5.528/2023, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

**SOLICITANTE:** COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**AUTOR:** Túlio Cambraia  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Saúde,  
Trabalho, Previdência, Assistência Social e Família

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2485414>

Consultoria de Orçamento  
e Fiscalização Financeira



## 1. SÍNTESE DA MATÉRIA

---

O PL 5.528/2023 “*dispõe sobre a contratação de operações de crédito consignado por beneficiários de auxílio-acidente*”. O projeto tramita em regime ordinário e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, tendo sido distribuído às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação; e, de Constituição e Justiça e de Cidadania, nessa ordem.

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, o projeto foi aprovado, com duas emendas. No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação o projeto deve ser apreciado quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e ao mérito. Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## 2. ANÁLISE

---

O projeto e as emendas adotadas na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família estendem a possibilidade de empréstimo consignado aos beneficiários do auxílio-acidente, bem como ampliam a margem de consignação para esses beneficiários e os do benefício de prestação continuada. Da análise das proposições, observa-se que elas contemplam matéria de caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

## 3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

---

Não há.

## 4. RESUMO

---

Não há implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do PL



5.528/2023 e das emendas 1 e 2 adotadas na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

Brasília-DF, 15 de outubro de 2024.

TÚLIO CAMBRAIA  
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2485414>